

Brasil X EUA: Os impactos com a condenação de Bolsonaro

Tensões se intensificam, com sanções e acusações de perseguição

Por Karoline Cavalcante

A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) trouxe à tona não apenas uma disputa interna, mas também uma tensão crescente nas relações diplomáticas externas. Em um artigo de opinião publicado pelo The New York Times, os acadêmicos Steven Levitsky — coautor do livro “Como as Democracias Morrem” —, e Filipe Campante compararam o contexto entre os países, sublinhando que “o Brasil teve sucesso onde os Estados Unidos falharam”.

No âmbito do julgamento, o governo dos EUA, liderado pelo presidente Donald Trump (Republicano), já demonstrou descontentamento por meio de ações punitivas, como a recente imposição de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros e a aplicação da Lei Magnitsky — criada para punir violações graves de direitos humanos e casos relevantes de corrupção — contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do caso. Na última semana, representantes do governo norte-americano, como o secretário de Estado Marco Rubio, têm reforçado a narrativa de que o processo contra o ex-presidente brasileiro é uma “caça às bruxas”. Por outro lado, a resposta brasileira, defendida pelo Ministério das Relações Exteriores, reiterou a independência do Judiciário brasileiro, desafiando as pressões externas.

Sanções

O Correio da Manhã entrevistou especialistas para entender melhor o cenário. Na avaliação do professor de Relações Internacionais e Economia do Ibmec de São Paulo, Alexandre Pires, embora a possibilidade de novas sanções contra os responsáveis pelas investigações seja concreta, dificilmente haverá uma penalidade ampla contra o Brasil. No entanto, ele aponta que o líder da Casa Branca não tende a recuar nas já impostas. “Para os Estados Unidos, o custo do atrito com o Brasil é baixo economicamente e geopoliticamente. Não há razão para uma reversão de direção sem que ocorra uma negociação segundo os termos já expostos por Trump na carta a Lula sobre o tarifaço”, explicou Pires.

Após julgamento no STF, semana volta olhares para CPMI do INSS

Por Gabriela Gallo

Após o julgamento dos réus do núcleo um do plano de tentativa de golpe de Estado na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) movimentar a semana toda, o foco agora será voltado para o Congresso Nacional a semana no Congresso Nacional foca nas próximas oitivas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).Na sessão desta segunda-feira (15) está previsto o depoimento do lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o “careca do INSS”, apontado no relatório da Polícia Federal (PF) como peça central dos desvios de recursos.

Contudo, ainda não há certeza se ele de fato comparecerá na comissão ou não. Na última semana, os membros da comissão última aprovaram a convocação para o depoimento de Antunes. Porém, no sábado (13), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça desobrigou o empresário a de comparecer a CPMI. Segundo o magistrado, em decisão assinada neste sábado (13), a presença do empresário Maurício Camisotti na CPMI também será facultativa. Na decisão de Mendonça, que é sigilosa, ele ressalta que tecnicamente a PF pode apresentá-los à comissão, mas que o comparecimento não é compulsório.

A decisão do ministro ocorreu um dia após a Polícia Federal prender o “careca do INSS”. De acordo com a PF, a operação ocorreu para evitar o impedimento ou embaraço de investigação de organização criminosa, dilapidação e ocultação de patrimônio, além da possível obstrução da investigação por parte de alguns investigados.

No mesmo dia após a decisão do ministro do Supremo, o presidente da CPMI, senador



Trump comparou caso Bolsonaro com as acusações que teve após o ataque ao Capitólio

De acordo com o coordenador de Direito da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Marcelo Crespo, é possível que outros ministros do STF se tornem alvos da Lei Magnitsky, mas ele acredita que as ações de retaliação dos EUA tendem a ser mais retóricas do que concretas, dado que o Brasil não está isolado como outros países onde os EUA já entrevistaram. “Afinal de contas o Trump tem muitos interesses e certamente o Brasil não é sua única preocupação. Então fica a pergunta: até quando ele dará importância para Bolsonaro? O tempo dirá até quando isso será interessante para ele”, observou Crespo.

O cenário que se desenha sugere um cenário de crescente tensão entre os países. Em declarações públicas, o presidente estadunidense comparou seu próprio caso de acusações após o ataque ao Capitólio em 2021 com a situação de Bolsonaro. Para ele, a condenação do brasileiro reforça um padrão de perseguição política que os Estados Unidos enfrentaram de maneira similar. No entanto, segundo o professor de Direito Internacional Manuel Furriela, as sanções já implementadas pelos EUA geraram um desgaste político considerável. “Adicionalmente, essas ações produziram um efeito contrário no Brasil, com a população considerando-as inadequadas e potencialmente prejudiciais à economia”, apontou o professor.

Para Furriela, medidas de maior severidade são consideradas improváveis, apesar

de causarem grande desgaste político ao presidente norte-americano. “Embora Trump mantenha seu discurso, é provável que as ações futuras sejam mais cautelosas, considerando os riscos e custos associados a medidas mais agressivas”, completou.

Mundo

A repercussão internacional da condenação foi ampla, com veículos como The Guardian, Reuters e El País destacando a importância do julgamento. Para o The New York Times, a condenação de Bolsonaro representa um contraste com a falta de ações concretas contra Trump nos Estados Unidos, refletindo uma linha tênue entre os dois países no que diz respeito à resposta a ataques à democracia. Já o The Guardian alertou para o potencial de novos episódios de instabilidade no Brasil, lembrando o voto divergente de Luiz Fux, ministro do STF, que se posicionou contra a condenação de Bolsonaro, o que abre caminho para possíveis contestações.

O Washington Post e o Wall Street Journal também destacaram o impacto político da condenação sobre o cenário eleitoral brasileiro, observando que, apesar da condenação, Bolsonaro ainda mantém um papel relevante na política nacional e poderá influenciar as eleições de 2026, principalmente ao indicar um possível sucessor.



CPMI do INSS deve ouvir ‘careca do INSS’ nesta segunda

Carlos Viana (Podemos-MG) decidiu entrar com um mandado de segurança para assegurar a presença dos investigados. O senador reiterou que a presença de Antônio Carlos Camilo Antunes e Maurício Camisotti são essenciais para o desenvolvimento das investigações na comissão para os descontos ilegais de beneficiários do INSS.

“Nós entendemos que é fundamental a presença dos dois indiciados, dos dois investigados, porque já estavam comprometidos a comparecer e eles, diante dos parlamentares, podem inclusive nos ajudar a esclarecer com muita rapidez tudo o que aconteceu”, disse Viana.

Contudo, apesar da desobrigação do caso, os advogados de Antunes informaram, neste domingo (14), que ele comparecerá na comissão parlamentar mista. A informação foi divulgada pela Folha de São Paulo.

Investigação

Em abril, a Polícia Federal (PF), em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), destrincharam a operação “Sem Desconto”, que deixou público o esquema de

desvios de pagamentos ilegais de beneficiários do INSS com a justificativa de que os beneficiários teriam se tornado membros de associações de aposentados – o que era mentira. No relatório da PF, as autoridades citam Antônio Carlos Camilo Antunes como peça central nas fraudes.

Antunes é sócio de 22 empresas, das quais “várias” teriam sido utilizadas nas fraudes. Segundo apurações da PF, ele atuava em nomes dessas associações de aposentados, intermediando no INSS a autorização dos descontos de beneficiários. Ele recebia percentuais desses valores descontados, através de empresas de sua propriedade, contratadas formalmente pelas entidades beneficiadas.

Batizado de “careca do INSS”, Antunes se declara um gerente com salário mensal de R\$ 24.458,23 e patrimônio entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões. Todavia, os agentes apontaram que as transações realizadas por Antônio Carlos destoam e são muito superiores a sua suposta renda. De acordo com o relatório, entre os dias 22 de abril de 2024 e 16 de julho de 2024, ele acumulou patrimônio imobilizado no valor de R\$ 14.375 milhões.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Condenado, Bolsonaro tem futuro incerto pela frente

Governo e oposição discutem o que fazer com a anistia

Definida a condenação de Jair Bolsonaro, sobrou para o Congresso definir o que fazer com a proposta de anistia defendida pelo PL com a adesão recente da cúpula de partidos como Republicanos, PP e União Brasil. A decisão esbarra em diversos problemas, a começar pela reafirmação, por ministros do Supremo Tribunal Federal, de que não cabe anistia a crimes

relacionados à abolição do Estado Democrático de Direito. A tese, reafirmada durante o julgamento do chamado núcleo crucial do golpe conta com o apoio até mesmo do ministro Luiz Fux, que votou pela inocência da grande maioria dos acusados. Sua posição foi explicitada em maio de 2023, na votação de indulto ao ex-deputado Daniel Silveira.

Crise à vista

Como demonstrou ao votar, Lux não tem problemas em contradição posições anteriores. Mas, no STF, mesmo quem ficou muito irritado com ele duvida que haja uma mudança em algo tão sensível e tão evidente. Ou seja: anistia será motivo de nova crise entre poderes.

Saída

Uma das alternativas seria mudar o Código Penal e reduzir penas de crimes relacionados à tentativa de golpe. Como a legislação permite a retroatividade em casos que beneficiem réus, a alteração, combinada com a progressão de regime, tiraria muita gente da cadeia.



Alcolumbre tenta encontrar uma saída

Alternativa de redução de penas é avaliada pelo Senado

Mas a mudança teria que ser muito radical para beneficiar Bolsonaro e outros seis condenados, semana passada, a cumprir penas muito altas. Seria também difícil justificar a diminuição do tempo de reclusão para crimes como formação de quadrilha armada. O benefício não ficaria restrito ao ex-presidente e

auxiliares, mas a todos os outros criminosos. Há também a resistência dos Bolsonaros, que insistem numa anistia que beneficie o chefe do clã e que devolva sua elegibilidade. A alternativa de uma anistia que não ousa dizer seu nome está sendo articulada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Pressões

O governo pressiona o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a não colocar a anistia em votação. Mas sabe que, na Casa, há muitos parlamentares que dizem querer votar a medida, que sequer foi detalhada em um projeto consolidado.

Dilema

Mas, no Planalto, há quem sustente que seria melhor aceitar a votação, que não seria assim tão difícil conseguir apoios no Centrão — em troca, claro, de benesses como liberação de emendas e ameaças de demissões de indicados para diversos cargos na estrutura do governo.

Preferência

Há um outro ponto importante. Por mais que demonstrem apoio a Bolsonaro, muitos partidos — e até políticos do PL — preferem que a direita tenha um candidato ao Palácio do Planalto menos problemático que o ex-presidente, sempre envolvido em polêmicas.

Pesquisa

A constatação, pelo Datafolha, de que 54% dos brasileiros são contra anistia a Bolsonaro — apenas 39% se disseram favoráveis — também animou o governo. Um percentual ainda maior, 61%, condena a concessão de perdão aos condenados pelo 8 de Janeiro.